

Secretaria Especial dos Direitos Humanos



Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE Memória Reunião 23/11/05

PAUTA

Monitoramento das ações do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo

OIT

Patricia iniciou informando que foi realizada reunião para avaliar o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho escravo para rever metas.

A reunião foi realizada em 22/11 na sede da OIT. Esclareceu que já havia encomendado pesquisa para efetuar levantamento de cumprimento das metas. Foram analisadas 3 categorias de meta. Cumprida (25%), Não Cumprida (25%) e Cumprida parcialmente (50%).

Reporter Brasil

Foi discutida a inclusão de novas metas e exclusão de outras. Também foi verificado que no Plano não existe contemplação para prevenção ao TE.

CPT

Após exame pode perceber que existe dificuldade por parte do MTE em atender as demandas e denúncias encaminhadas pela CPT. Dessas denúncias, 70 % é efetuada por trabalhadores e 30% por outros meios.

Frisou que a o não atendimento das denúncias do Movimento Social colocam em risco o crédito do Estado na apuração, pois coloca em cheque o trabalho de conscientização.

A formulação das metas não corresponde à operacionalização desejada, pois as fiscalizações fazem parte da cadeia de erradicação.

Embora conste das metas a CONATRAE não é estruturada de forma operativa, não existindo secretaria executiva e todo aparato necessário para o seu funcionamento. Deixando a mesma sem uma diretriz.

O monitoramento não é tarefa cotidiana da comissão e somente a CIT e a OIT fornecem dados e ocasionalmente a PFDC e MPT.

Sugeriu que fossem fornecidos relatórios trimestrais das entidades citadas.

SIT

Informou que existe um rigor na produção e disponibilização dos dados da SIT. Informou ainda que a demanda e expectativa do Movimento Social dificilmente será atendida se não ocorrer uma mudança na estrutura da SIT.

OIT

Disse que causa estranheza o índice de atendimento de denúncias confirmado pela SIT. Afirmou que a CONATRAE tem “obrigação” de referendar as metas da SIT, além de solicitar um pronunciamento oficial para garantir estrutura mínima de atendimento, uma vez que o orçamento de 2006 diminuiu a dotação orçamentária daquela secretaria. Disse ainda que houve a aprovação de concurso para 100 auditores do trabalho.

PFDC

Informou da dificuldade de compilar os dados para expedir ofícios trimestrais.

MPT

Informou que foram libertados 16 empregados no Município de Santa Luzia e que já ocorreu o pagamento das indenizações (?)

SEDH

Dr. Perly sugeriu que cada seguimento descobrisse uma forma de emitir dados para monitoramento.

CONTAG

Reforçou as palavras da CPT e informou as propostas do Grito da Terra apresentada ao presidente reforça a necessidade de um olhar diferente ao trabalho escravo.

SINAIT

Frisou que a reunião itinerante ocorrida no Maranhão repercutiu positivamente e deveria ser mais freqüente nas regiões onde existem focos de trabalho escravo.

Disse que a prevenção elimina a execução ineficaz e essas reuniões seriam uma forma de prevenção.

Pediu esclarecimentos porque as multas aplicadas não são pagas e sequer inscritas na dívida ativa.

IBAMA

Disse que está na hora de definir prioridades. Informou que o governo federal atende a quem dá o maior “grito”. Sugeriu aos titulares das pastas que façam a mobilização para o orçamento. Frisou que determinados atos da esfera governamental não são encaminhados em face da falta de mobilização dos órgãos.

ANPT

Esclareceu que o monitoramento deve sensibilizar os procuradores e juizes. Lembrou do encontro ocorrido em Cuiabá que foi altamente positivo e visava a sensibilização dos juizes ao tema de trabalho escravo. Informou que ainda deverá ocorrer novas sensibilização em Marabá e Maranhão.

ANAMATRA

Acredita que a fiscalização é o ponto inicial de qualquer atividade, devendo a mesma ser tratada prioritariamente. A estrutura atende uma porcentagem pequena da demanda. Caso não exista uma estrutura melhor para a SIT ocorrerá “maquiagem” dos fatos. Ou se avança sobre os fatos ou o trabalho não vai a lugar nenhum.

CPT

Frisou a necessidade de alguns encaminhamentos por parte da CONATRAE. Entre eles ofício ao Ministério da Justiça em face da falta de disponibilização na PF de uma seção específica para a erradicação do trabalho escravo, visto que essa é um dos parceiros mais importantes

OIT

Questionou se foi encaminhada ao STF a moção de repúdio pela liberação dos suspeitos no caso de Unai.

Quanto as apuração das denúncias disse que se não houver uma capacidade de apuração e repressão por parte do governo a campanha a ser lançada não terá eficácia, uma vez que visa a denúncia por parte do trabalhador.

Questionou também se as audiências com os Ministros Jacques Wagner e Gilmar Mendes. Informou que a reunião realizada em Cuiabá contou com a presença de 19 juízes.

Encaminhamentos decididos após reunião da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo

Com a mudança da estrutura da SDH todos os ofícios a serem emitidos ficam sobrestados até definição de quem assina pela CONATRAE.

Após a definição deverá ser emitido ofício solicitando garantia de estrutura mínima para a SIT, pois no orçamento da união de 2006 haverá diminuição da verba destinada aquela secretaria.

Os ofícios a serem efetuados em nome da CONATRAE por outras entidades são os seguintes:

- Pedido de audiência com o Ministro do STF responsável pela definição de competência dos crimes de trabalho escravo para pedir a inclusão na pauta de julgamento (**AJUFE**)
- Acompanhamento dos processos de interesse da CONATRAE (**OAB**)

OBS:

- Cada órgão ou instituição ficará responsável por elaborar que forma sistematizada os dados necessários para divulgação de relatórios trimestrais.

Audiência com o presidente da Câmara Aldo Rebelo

Na avaliação de Kaipper a audiência foi péssima, pois ele sequer sabia que a PEC havia sido aprovada em 1º turno. Disse que ficou clara a falta de comprometimento da câmara em colocar o PEC em pauta e informou que o Deputado se comprometeu em tentar descobrir o que “houve” com a PEC.

Campanha de Prevenção para Erradicação do Trabalho Escravo

Seria lançada no dia 1º mas ficará adiada em virtude da impossibilidade de agenda da presidência. A data será divulgada oportunamente.

A campanha ficará exposta em aeroportos e serão distribuídos cartilhas e cartazes.